

## Id:07384E716B7C31F6



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ Rua São José, 94, Centro, CEP 64560-000 – Santo Inácio do Píauí CNPJ: 63.324.917/0001-61 – Email: <u>camarasantolnacio@amail.com</u>

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA, REDAÇÃO, FINANCAS, ORCAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004, DE 03 DE MAIO DE 2025.

APROVADO

"Dispõe sobre a instituição do 13º salário e férias aos servidores comissionados do Município de Santo Inácio do Piauí/PI e dá outras providências"

Autor: Mesa da Câmara Municipal de Santo Inácio do Piauí

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Finanças, Orçamento e Fiscalização analisando a referida matéria, somos de parecer que quanto à legalidade nada encontramos que impeça sua tramitação pela Casa.

Quanto ao mérito o Plenário soberano saberá decidir.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Santo Inácio do Piauí, em 14 de junho de 2025.

Luiza Mundes da Silva Francisco Julior Vereadora Relator Vereador Me

## Id:0F8BEF439CB830D5



ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA



RESOLUÇÃO № 001/2025

Modifica dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Redenção do Gurguéia - PI, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Redenção do Gurguéia - PI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 13 §1º e parágrafo XIII;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou, de autoria da Mesa Diretora, e é promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Art. 55 e parágrafo Único do mesmo artigo do Regimento Interno passam a vigorar com a seguinte redação, bem como o Art. 18 da Lei Orgânica do

Art. 55 - "A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente todas as segundas feiras, em dois períodos, de 1º de Fevereiro a 30 de junho e de 1º de Agosto a 15 de Dezembro."

Parágrafo Único - "Será considerado recesso Legislativo os meses de Julho, metade de Dezembro e o mês de Janeiro".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ampário Gil Pereira de Figueiredo Presidente da Câmara

> PODER LEGISLATIVO
> CÁMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA-PI
> APROVADO EM: 3 06 2025 APROVADO EM THESIDENTE

## Id:07384E716B7C2F97



GABINETE DO PREFEITO

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL, POR PARTICULAR A TÍTULO PRECÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO, Estado do Piauí, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei N°.147/2019:

Considerando que dispõe o inciso III, do artigo 90, da Lei Orgânica do Município de Cristino Castro/PI:

Considerando a existência de espaço público, dentro da área com o seguinte Considerando a existência de espaço público, dentro da área com o seguinte memorial descritivo: Inicia-se a elescrição deste perimetro no vértice M-00, de coordenadas X 8°49'32.82"S, e Y 44°12'59.62"O, deste, segue confrontando com a rua João Paz de Araujo, com os seguintes azimutes e distâncias, 8°49'32.82"S e 45m, até o vértice M-01, de coordenadas 8°49'33.66"S, e 44°12'58.57"O, deste, segue confrontando com a propriedade do Sr. Aldir, com os seguintes azimutes e distâncias, 8°49'33.66"S e 177 m, até o vértice M-02, de coordenadas 8°49'39.32"S, e 44°12'59.80"O, deste, segue confrontando com o acesso a fazenda Aracaju, com os seguintes azimutes e distâncias, 8°49'39.32" e 30m, até o vértice M-03, de coordenadas 8°49'39.20"S, e 44°13'0.56"O, deste, segue confrontando com a propriedade do Sr. Zaza, com os seguintes azimutes e distancias, 8°49'39.20"S e y 44°13'0.56"O, deste, segue confrontando com a propriedade do Sr. Zaza, com os seguintes azimutes e distancias, 8°49'39.20"e 200 m, até o vértice M-00, de coordenadas X 8°49'32.82"S e Y 44°12'59.62"O, ponto inicial da descrição deste perimetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, referenciadas ao Meridiano Central n° 39° 00', fuso -24, tendo como datum o SIRGAS 2000.

Considerando estar a Requerente, devidamente identificado pelos documentos acostados nos autos, assim como, o registro do imóvel, a sua disponibilidade e o croqui identificador do referido imóvel (Planta de imóvel

Considerando ser de Interesse Público a construção central de triagem de resíduos no Município de Cristino Castro/PI e o incentivo ao desenvolvimento econômico, ambiental e social na região;

Considerando que, para concretizar tal utilização, necessário se faz, para ter efeito, proceder na forma do art. 2° da Lei N°. 147/2019, que autoriza o

https://cristinocastro.pi.gov.br/

Av. Marcos Parente, 1071 – Centro, Cristino Castro, Piauí, CEP 64.920-000 CNPJ: 06.554.364/0001-08



GABINETE DO PREFEITO

Município a expedir o Título de Direito Real de Uso, em nome da Associação Piauiense de Reciclagem-APR;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário, a contar da data de publicação deste Decreto, o uso de bem público, cuia posse direta e propriedade pertencem a sob o nº 53.523.028/0001-70, para construção da central de triagem de resíduos nesta cidade, no prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 2º - A Requerente, ora Autorizatária, mantido por este Decreto terá o prazo de até 06 (seis) meses para iniciar as obras e 18 (dezoito) meses para operacionalizá-la, sob pena de extinção deste Decreto e sem retenção das benfeitorias já encravadas ao imóvel.

Art. 3º\_ A Autorizatária somente poderá utilizar o espaço para os fins descritos no Art. 1° deste Decreto, sob pena de extinção da Autorização

Art. 4º - As eventuais benfeitorias realizadas pela Autorizatária, no espaco destinado ora pleiteado, quando de sua devolução ao Poder Público Municipal, ficarão integrando o patrimônio deste, sem direito a qualquer indenização ou

Art. 5º - Durante o prazo precário da Autorização, a Autorizatária obriga-se a cumprir orientações do Código de Obras e Postura Municipal, bem como, a pagar todas as despesas e encargos civis, trabalhistas, administrativos e tributários que vierem a recair sobre o imóvel, principalmente a taxa de água e energia que se fizerem necessários, durante a vigência do prazo deste Decreto.

Art. 6° - A Autorização de Uso de que trata o presente Decreto é intransferível

Art. 7º - Fica estabelecido que, caso o Município necessite fazer o uso deste espaço, objeto do presente Decreto, a Autorizatária desocupará e restituirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, bastando, para tanto, simples notificação administrativa.

Art. 8º - A presente Autorização é revogável a qualquer tempo, mediante aviso prévio, a critério exclusivo da Administração Pública Municipal.

https://cristinocastro.pi.gov.br/

Av. Marcos Parente, 1071 – Centro, Cristino Castro, Piauí. CEP 64.920-000 CNPJ: 06.554.364/0001-08

(Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais





- O desvirtuamento da finalidade, ou não cumprimento de quaisquer das condições expressa neste Decreto, será a razão jurídica para a anulação e impedimento da utilização da presente Autorização, sem prejuízo das demais penalidades penais cabíveis.

- Art. 10° Durante o prazo precário de AUTORIZAÇÃO, a Autorizatária obrigase a pagar todas as taxas e impostos municipais.
- Art. 11° Este imóvel deverá ser cadastrado e gerado imposto, caso ainda não
- Art. 12° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Art. 13°. Registre-se, publique-se e arquive-se.

Gabinete do Prefeito de Cristino Castro - Piauí, aos 17(dezessete) dias do junho de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

> Felix Prince 02 Felipe Ferreira Dias

Prefeito Municipal de Cristino Castro- Pl

https://cristinocastro.pi.gov.br/

Av. Marcos Parente, 1071 - Centro Cristino Castro, Piauí. CEP 64.920-000 CNPJ: 06.554.364/0001-08

## Id:0E28A9CB3F2E306D



PROCESSO ADMINISTRATIVO PMCC/SRP № 075/2025 MENOR PRECO GLOBAL POR LOTE

## ATA DE REGISTRO DE PRECOS

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMCC/SRP №. 013/2025

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pão francês para entrega parcelada destinados a Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração de Cristino Castro - Pl.

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco o MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO - PI, com sede administrativa na Avenida Marcos Parente, № 1071, Bairro Centro, cidade Cristino Castro - PI, inscrito no CNPJ sob nº 06.554.364/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito do Município, o Senhor Felipe Ferreira Dias, CPF sob o nº 044.916.933-23, RG: 2.950.113 - SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Raimundo Martins de Araújo, Lote 4 e 5, Q 5, Bairro Cohab, cidade de Cristino Castro — PI, em sequência denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa MAGNÓLIA NUNES DE MAGALHÃES - PANIFICADORA MAGNÓLIA, inscrita no CNPJ sob n.º 33.768.719/0001-26, com sede Rua Antônio Leite, Nº 562, Bairro Morro, na cidade Cristino Castro, Estado do Piauí, neste ato, representada pelo(a) Sr(a). Magnólia Nunes de Magalhães, brasileira, casada, empresária, portador da Cl sob o RG nº 1.620.727-2 – SSDS/PB, e inscrita no CPF nº 029.359.094-02, residente e domiciliado na Rua Antônio Leite, Nº 562, Bairro Morro, na cidade Cristino Castro, Estado do Piauí, e, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, na forma da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas atualizações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, firmar a presente Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina a legislação, mediante as seguintes condições

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futuro Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pão francês para entrega parcelada destinados a Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração de Cristino Castro — PI, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do PROCESSO ADMINISTRATIVO PMCC/SRP №. 038/2025, conforme abaixo

## COTA PRINCIPAL (75%) - AMPLA CONCORRÊNICA

"COTA PRINCIPAL (75%)" – Lote/itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de "MPE" e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

https://cristinocastro.pi.gov.br/

Av. Marcos Parente, 1071 - Centro Cristino Castro, Piaul, CEP 64,920-000 CNPJ: 06.554.364/0001-08



COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	ORGÃO SOLICITANTE	QUANT. ESTIMADA/ KG	QUANT. TOTAL ESTIMADA / KG	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
	PÃO FRANCÊS (SAL e DOCE) composto de	Secretaria de Educação	10.800			
	farinha de trigo especial,	Secretaria de Saúde	1.500			
	água, sal/açúcar, fermento químico e margarina.	Secretaria de Assistência Social	1.500			
1	Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega. Pesando 50 gramas.		1.500	15.300	18,26	279.378,00
TOTAL					279.378,00	
	(duzentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais)					

COTA RESERVA (25%) ME/EPP/MEI

"COTA RESERVA (25%) ME/EPP/MEI" – Lote/itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de "MPE", sem prejuízo de sua participação nos lotes da COTA PRINCIPAL (75%) – AMPLA CONCORRÊNICA.

	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	ORGÃO SOLICITANTE	QUANT. ESTIMADA / KG	QUANT. TOTAL ESTIMADA / KG	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
		PÃO FRANCÊS (SAL e DOCE) composto de farinha de		3.600	- 5.100 18,26	18 26	93.126.00
		trigo especial, água, sal/acúcar, fermento químico e margarina. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue	Secretaria de Saúde	500			
	1		Secretaria de Assistência Social	500			
			Secretaria de Administração	500		33.120,00	

https://cristinocastro.pi.gov.br/

Av. Marcos Parente, 1071 – Centro, Cristino Castro, Piauí, CEP 64.920-000 CNPJ: 06.554.364/0001-08



<b>-</b> -		
	íntegro. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega. Pesando 50 gramas.	100-
	93.126,00	
	(noventa e três mil, cento e vinte	e seis reais)

## 1.2. VALOR GLOBAL:

1.2.1. O Valor da ata de registro de preços está estimado em R\$ 372.504,00 (trezentos e

setenta e dois mil, quinhentos e quatro reais), conforme proposta apresentada pela Contratada. LOTE I - COTA PRINCIPAL (75%) – AMPLA CONCORRÊNCIA – vencedora MAGNÓLIA NUNES

LOTE 1 - COTA PRINCIPAL (75%) – AMPLA CONCORRENCIA – vencedora MAGNOLIA NUNES
DE MAGALHÃES - PANIFICADORA MAGNÓLIA, CNPI: 3.768.719/0001-26, no valor de R\$ 279.378,00
(duzentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais).
LOTE II - COTA RESERVA (25%) ME/EPP/MEI – vencedora MAGNÓLIA NUNES DE
MAGALHÃES - PANIFICADORA MAGNÓLIA, CNPJ: 3.768.719/0001-26, no valor de R\$ 93.126,00
(noventa e três mil, cento e vinte e seis reais).

2.1. A Ata de Registro de Preços contrato vigerá pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de data de sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, conforme artigo 84 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

2.2. O Ata de Registro de Preços/contrato poderá ser alterado de acordo com o artigo 124 e 125, da Lei Federal № 14.133/2021, mediante Termo Aditivo.

## DO CADASTRO DE RESERVAS

- 3.1. Será incluído nesta ARP na forma de anexo o registro de preços dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação de ordem da última proposta apresentada pelas respectivas licitantes durante a fase competitiva do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.
  3.2. O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva na hipótese do primeiro colocado quando convocado, não assinar a ARP no praze legal, bem como no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, e sucessivamente.
  3.3. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere neste Capítulo será efetuada na hipótese prevista na legislação e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

# DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ORGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitactório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem da contratação pelo

4.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do registro de

https://cristinocastro.pi.gov.br/

Av. Marcos Parente, 1071 – Centro, Cristino Castro, Piauí, CEP 64.920-000 CNPJ: 06.554.364/0001-08

(Continua na próxima página)